



J. Freitas

Primeiro-ministro português: "Precisamos de imigrantes jovens"

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o primeiro-ministro português, José Sócrates, que falou sobre mudanças na política de imigração de seu país. Portugal, disse Sócrates, "precisa de imigrantes jovens". Foi um encontro histórico, afirmou Renan. **Página 2**

Renan Calheiros (D) e José Sócrates discutiram também o crescimento do comércio entre Brasil e Portugal

CPI aceita toda prova convincente

Integrantes da CPI dos Sanguessugas decidem que serão consideradas evidências documentais e testemunhais

O relator da CPI mista que investiga a compra irregular de ambulâncias com recursos da União, senador Amir Lando, deve ler hoje, às 10h, seu relatório. Os pedidos de abertura de processo por quebra de decoro, contra parlamentares, serão base-

ados tanto em provas documentais como testemunhais. Segundo Antonio Carlos Biscaia, presidente da CPI, foram investigados 90 parlamentares. Mas o número de culpados e inocentes ficou a cargo do relator, que fecharia o texto na noite de ontem. **Página 3**

Constituinte deve ser abrangente, afirma Iris de Araújo

Iris de Araújo considera inoportuna a proposta do presidente Lula de uma assembléia constituinte apenas para a reforma política. A reforma deve ser também, disse, previdenciária, tributária e trabalhista. **Página 8**



Roosevelt Pinheiro

Uma constituinte deve levar à "refundação do Brasil", segundo Iris

Para Maciel, sistema previdenciário com equilíbrio é desafio

"Nenhuma política é mais justa socialmente que as previdenciárias", disse Marco Maciel. Para ele, o desafio é garantir um sistema equilibrado e um mecanismo eficiente de seguro-desemprego. **Página 7**



Roosevelt Pinheiro

Segundo Maciel, falta visão de Estado na condução das políticas sociais no Brasil



Roosevelt Pinheiro

Por iniciativa de Flávio Arns, o Senado homenageou ontem o 12º Congresso Internacional de Equoterapia, que se realiza em Brasília. A técnica garante à pessoa com deficiência reabilitação e desenvolvimento. **Página 4**

Crescimento industrial baixo pode se repetir, alerta Alvaro

Página 8

Ideli lamenta impasse na crise de segurança em São Paulo

Página 5

Em visita ao Brasil, José Sócrates participa de audiência no Senado e anuncia que Portugal deve flexibilizar regras de imigração em razão do envelhecimento de sua população

Portugal terá nova política de imigração, diz primeiro-ministro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na manhã de ontem o primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, que, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realiza sua primeira visita oficial ao Brasil. Na ocasião, José Sócrates anunciou ter informado ao presidente sobre mudanças na política de imigração vigente em Portugal, país que tem uma visão sobre o assunto diferente da do resto da Europa.

Presente à solenidade, o embaixador brasileiro em Portugal, Paes de Andrade, pediu que o primeiro-ministro requeira urgência ao Parlamento português para a aprovação dessa proposta. José Sócrates disse que, em razão do envelhecimento da população europeia, aquele país precisa de imigrantes jovens para fazer o



Renan Calheiros recebe José Sócrates em audiência no Salão Nobre do Senado

serviço que os idosos não podem mais fazer.

Na opinião de Renan, esse foi um encontro histórico, destinado a intensificar o diálogo entre os dois países, em temas de interesse bilateral e multilateral. De acordo com o presidente do Senado, a intensificação desses laços de

amizade tem-se refletido no crescimento das exportações.

Participou da audiência o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Roberto Saturnino (PT-RJ), além de Valdir Raupp (PMDB-RO), Ideli Salvatti (PT-SC) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

Lançado livro sobre reforma política no Brasil

“Sem uma representação fundada no partido político, o Brasil corre o risco de ver seu processo decisório intermediado por instâncias dissociadas dos interesses da sociedade.” A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao presidir a cerimônia de lançamento do livro *Reforma Política no Brasil*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Segundo observou, o país deve avançar na reforma, prestigiando o



Representante do Pnud no Brasil, Kim Bolduc (ao microfone) fala sobre a publicação

partido, fortalecendo a representação e inibindo personalismos.

Para Kim Bolduc, representante do Pnud no Brasil, a obra,

organizada por Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia, é uma contribuição à democracia no Brasil e na América Latina.

Renan defende mudanças radicais na segurança pública

A necessidade de aperfeiçoar o ordenamento institucional brasileiro e, dentro dele, mudar radicalmente a segurança pública no Brasil foi defendida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele deu essa declaração ao ser questionado pela imprensa a respeito da violência que assusta a população de São Paulo.

– É preciso mudar esse capítulo inteiro da Constituição federal, esse artigo 144, que dispõe sobre segurança pública no Brasil. É preciso mudar a maneira de investigar, é preciso melhorar as condições de trabalho e do ponto de vista salarial. É preciso dar condições dignas de trabalho aos policiais – defendeu.

Indagado sobre a urgência de uma reforma para pôr fim à crise que envolve parlamentares em denúncias de corrupção, o presidente do Senado explicou que não há, no Brasil, uma conturbação constitucional, mas uma crise política. E disse que é importante que, para esse tipo de crise, as

instituições dêem as respostas cobradas pela sociedade.

– Tenho sido moderador de disputa política, e tenho dado força às investigações. Estou aguardando a conclusão do trabalho da CPI e vou manter minha isenção, como sempre mantive, para encaminhar as providências sugeridas – ressaltou.

Renan voltou a dizer que a reforma política é um debate inadiável, porque o Brasil precisa mudar seu sistema de representação política.

Posse no STJ

Ao lado do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Renan participou no fim da tarde de ontem da solenidade de posse da nova ministra do STJ, Maria Thereza Rocha de Assis Moura. Ela é a quinta mulher a se tornar ministra na história do tribunal.

Maria Thereza Moura foi empossada em substituição ao ministro José Arnaldo da Fonseca, já aposentado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão às 14h

A sessão não-deliberativa de hoje começa às 14h e é destinada à leitura de expediente e a discursos dos senadores. Entre os parlamentares inscritos para discursar na tribuna estão o senador Marco Maciel (PFL-PE) e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados pelos cidadãos por meio da Rádio e da TV Senado.

Relatório da CPI dos Sanguessugas

A CPI dos Sanguessugas realiza hoje reunião administrativa, às 10h. Está prevista a divulgação do relatório parcial dos trabalhos desenvolvidos até o momento. A comissão, que investigou 90 nomes, deve identificar os parlamentares envolvidos com o esquema de compra superfaturada de ambulâncias, com verbas do Orçamento.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, Marcos Guerra, Flávio Arns, Romeu Tuma e Paulo Octávio

Para comissão de inquérito, as provas do envolvimento de parlamentares valerão por se mostrarem convincentes, sendo materiais ou testemunhais



Comissão busca estratégias para garantir a presença de parlamentares na leitura e votação do relatório sobre a máfia das ambulâncias

ONGs e Oscips participaram do esquema de fraudes

A participação de organizações não-governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) na máfia das ambulâncias foi ressaltada pela Sub-Relatoria de Fraudes e Procedimentos de Corrupção da CPI dos Sanguessugas. Essa sub-relatoria, sob a responsabilidade do deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE), apresentou ontem documento afirmando que, “independentemente dos honrosos papéis e serviços prestados em nosso país por inúmeras entidades não-governamentais, (...) a possibilidade de assegurar ao setor (...) a execução de responsabilidades que devem ser retomadas para o poder público constituiu-se, como provam os depoimentos e documentos colhidos por esta CPI, em um grande incentivo à corrupção”. Para evitar fraudes, a sub-relatoria recomendou que os recursos do Orçamento da União transferidos atualmente a ONGs e Oscips por meio de emendas parlamentares passem a ser transferidos para o orçamento da Seguridade Social. Dessa forma, diz o documento, essas verbas seriam aplicadas de acordo com as regras da Seguridade, e “sobretudo da Política Nacional de Assistência Social, levando-se em consideração, fundamentalmente, a proximidade de concretização do Sistema Único de Assistência Social (Suas)”. A sub-relatoria também sugere a aprovação, pelo Congresso, de uma legislação que reprimos casos nos quais parlamentares atuem pela liberação de verbas para ONGs e Oscips nas quais os dirigentes sejam seus parentes.

Possível falta de quórum preocupa membros da CPI

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), afirmou que a maior preocupação dos membros da CPI, ontem, era em relação à possibilidade de falta de quórum para a leitura e a votação do relatório sobre o envolvimento dos parlamentares na máfia das ambulâncias, previstas para hoje. Na opinião de Jungmann, o relatório deve ser lido e votado no mesmo dia, para que a CPI possa iniciar a segunda fase de investigações, sobre a participação do Poder Executivo no esquema de fraudes. Para que não haja falta de quórum, membros da CPI, segundo o vice-presidente, solicitaram a todos os líderes partidários o apoio ao relatório e a convocação dos representantes de seus partidos para a leitura do documento. Os últimos documentos foram incluídos ontem no relatório. O secretário da CPI, Augusto Panisset, viajou a Cuiabá para pegar os depoimentos dos quatro proprietários da Planam que ainda estavam sob sigilo de Justiça e somente ontem foram liberados pelo juiz Jefferson Schneider, da 2ª Vara Federal de Mato Grosso. Segundo o sub-relator de Sistematização da CPI, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), não há necessidade de os parlamentares apontados passarem ainda por uma comissão de sindicância, para novas investigações, antes de terem seus nomes encaminhados ao Conselho de Ética. – O relatório, elaborado por uma equipe técnica da mais alta capacitação, está completo e documentado com provas. Por isso não há necessidade de sindicâncias complementares – explicou Sampaio.

Integrantes da CPI chegam a consenso e relatório será lido hoje

Os integrantes da CPI dos Sanguessugas chegaram no início da noite de ontem a um consenso em torno dos critérios que nortearão o encaminhamento dos nomes de parlamentares às mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, para eventual abertura de processo por quebra de decoro: as provas valerão por se mostrarem convincentes, não importando que sejam materiais ou testemunhais.

De acordo com o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), o relatório em torno da participação dos parlamentares na venda superfaturada de ambulâncias a prefeituras desde 2001 será lido hoje pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), a partir das 10h. Definido o “conjunto de indícios, evidências e provas” a serem usadas para determinar a culpa ou não dos parlamentares, o relator e sua equipe técnica passaram a redigir o capítulo das conclusões.

– Não falarei em quantitativos – afirmou Biscaia, que, na terça-feira, havia mencionado a probabilidade de a CPI apontar cerca de 70 nomes. Ele informou que o número de culpados e inocentes será definido pelo relator, com base em critérios definidos pela comissão.

Enquadramento

Conforme o sub-relator de Sistematização, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), o comando da CPI chegou a um amplo leque de possibilidades de enquadramento dos parlamentares na quebra de decoro. Vai do depósito de propina na conta

bancária a entrega de dinheiro em espécie nas mãos de deputados, senadores, assessores e parentes. Mas as gravações telefônicas e citações de parlamentares em depoimentos de empresários envolvidos nas fraudes também serão levadas em consideração. O chamado conjunto de indícios, evidências e provas é dividido em 14 situações, algumas delas com subdivisões. Ao todo, são 32 as possibilidades de envolvimento de um parlamentar.

Sem estabelecer, pelo menos formalmente, uma hierarquia entre essas possibilidades, o comando da CPI procurou dar a Lando os elementos para pedir a abertura dos processos nos conselhos de Ética do Senado e da Câmara. O relatório, entretanto, não vai sugerir ao Ministério Público a abertura de processo criminal contra os envolvidos numa fraude que pode chegar a R\$ 150 milhões.

– É claro que o Ministério Público poderá usar as nossas conclusões para pedir a abertura desses processos – observou.

O sub-relator se disse confiante na aprovação do relatório pelo plenário da CPI e no acolhimento das denúncias pelas mesas das duas Casas do Congresso. Ele acredita que as investigações e os depoimentos do sócio-proprietário da Planam, Luiz Antonio Vedoin, resultaram em claro retrato das operações da máfia. Segundo exemplificou, foi possível cotejar a apresentação das emendas ao Orçamento prevendo as verbas para a compra de ambulâncias, em acordo com a Planam.

Wellington Salgado pede afastamento de sub-relatoria

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG), membro da CPI dos Sanguessugas, solicitou afastamento da Sub-Relatoria de Investigação do Esquema de Fraudes na Aquisição de Unidades Móveis de Saúde. Em documento enviado ao presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), Wellington afirma que a renúncia se deu

por discordar da forma como estavam sendo conduzidos os trabalhos da CPI. A sub-relatoria era dividida com o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE), que permanece no cargo.

– Esclareço que a renúncia se deve à discordância em relação aos procedimentos adotados para os trabalhos que estão sendo levados a termo no âmbito da

comissão e se refere tão-somente à sub-relatoria. Permaneço, portanto, como membro titular na quota da proporção partidária pertencente ao PMDB, conforme indicação da liderança – explicou Wellington Salgado.

O senador decidiu pedir afastamento da sub-relatoria após discutir com o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), durante reunião

da CPI na terça-feira. Gabeira queixou-se de que Wellington havia sido “bastante duro” ao enviar ofício ao presidente do Senado, Renan Calheiros, acusando a comissão de não garantir o direito de defesa aos 90 parlamentares citados pela CPI, de vazar informações sigilosas para a imprensa e de tomar decisões sem ouvir os membros do colegiado.



Wellington Salgado permanece como membro da CPI dos Sanguessugas

Evento internacional sobre método terapêutico e educacional com o uso de cavalos recebe homenagem em Plenário

Sessão celebra congresso de equoterapia

O Senado realizou ontem uma sessão especial em homenagem ao 12º Congresso Internacional de Equoterapia, aberto na terça-feira no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. É a primeira vez que o congresso é sediado no Brasil. O evento estende-se até sábado.

O primeiro orador, senador Flávio Arns (PT-PR), autor do requerimento para realização da sessão e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – subordinada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – explicou que a equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiência, distúrbios, dificuldades de relacionamento social ou outras necessidades especiais.

– O contato com o cavalo faz com que a pessoa consiga se sobrepujar à força e à soberania do cavalo, com melhoria da auto-estima – manifestou o parlamentar.



Senado comemora trabalho dos equoterapeutas para o desenvolvimento físico, psicológico e social de pessoas com deficiência

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) presidiu os trabalhos e teve como convidados à Mesa a presidente da Federação Internacional de Equoterapia (FRDI), a austríaca Gundula Houser, e o presidente da Associação Nacional de Equoterapia (Ande), coronel Lélío de Castro Cirillo. O Plenário do Senado lotou com a presença de participantes do Congresso, que trouxe ao Brasil representantes de 36 países e está recebendo cerca de 3 mil pessoas. Compareceram também representantes das embaixadas

da Guiné Equatorial, Tunísia, Sérvia, Áustria e Uruguai.

A presidente da FRDI informou que, enquanto Áustria e Alemanha, trabalhando em conjunto, levaram 30 anos para introduzir a equoterapia em seus países, o Brasil deu um salto e conseguiu em apenas 12 anos implantar e espalhar por diversos estados um trabalho bem-feito, dentro dos padrões de exigência e qualidade necessários. Gundula Houser salientou que a diferença, com relação ao trabalho realizado na Europa, é que, no

Brasil, esse tipo de iniciativa é feita “com o coração”.

Maria Cristina Brito, presidente da Associação Bahiana de Equoterapia, disse que a realização do Congresso no Brasil proporciona maior credibilidade e respeitabilidade ao trabalho. Ela assinalou a importância da equoterapia na reeducação da criança com deficiência – paralisia cerebral, autismo e hiperatividade, entre outras – de forma a possibilitar sua inserção futura na educação inclusiva e no mercado de trabalho.

Arns destaca números do método no Brasil

Flávio Arns (PT-PR), autor do projeto de lei do Senado (PLS 177/06) que institui 9 de agosto como Dia Nacional da Equoterapia, informou que o método foi iniciado no país em 1989 e atende, hoje, a 12 mil praticantes em 250 centros espalhados pelo território nacional.



Segundo Flávio Arns, são 250 centros espalhados pelo país

O senador creditou à Associação Nacional de Equoterapia (Ande), reconhecida como instituição de utilidade pública, o impulso à prática no país. Também registrou sua satisfação com o fato de o Brasil sediar, pela primeira vez, um evento que traduz o reconhecimento da comunidade internacional ao trabalho realizado por um país em desenvolvimento.

Arns reivindicou ainda urgência para aprovação de projeto de lei do Senado (PLS 456/03), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que prevê a oferta, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de equoterapia para reabilitação de deficientes.

Iris fala sobre a “missão de reabilitar vidas”

Iris de Araújo (PMDB-GO) ressaltou ontem a importância da equoterapia para as pessoas portadoras de deficiência ou com necessidades especiais. Ela disse que os terapeutas que praticam a equoterapia têm “a sagrada missão de reabilitar vidas”.

A senadora afirmou que a prática terapêutica devolve a confiança e a auto-estima aos pacientes, além de melhorar a saúde. Iris classificou a equoterapia como um “método revolucionário” e elogiou a Associação Nacional de Equoterapia (Ande) por contribuir para a disseminação da prática pelo país, atuando na capacitação de equoterapeutas, na implantação de centros especializados e na luta para diminuir a discriminação contra pessoas com deficiências físicas e mentais.

– Uma sociedade realmente justa precisa maximizar o seu compromisso com as minorias, em especial com as pessoas portadoras de deficiência, para que se tornem, em tudo, participativas, conscientes de seus direitos e deveres – disse.



Prática devolve a confiança e a auto-estima, resalta Iris

Azeredo vê dificuldades para atender demanda

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ontem que, apesar do aumento significativo no número de pessoas com deficiência que praticam a equoterapia, persistem as dificuldades para atender à crescente demanda.

– Infelizmente, não temos conhecimento da existência de prestação de serviços dessa natureza por outras associações que não aquelas filiadas à Ande. Mas, ciente do impacto da equoterapia na vida das pessoas com necessidades especiais, a senadora Lúcia Vânia apresentou projeto de lei que insere a equoterapia nos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), já aprovado pelo Senado e agora tramitando na Câmara dos Deputados – salientou.

Azeredo observou que é importante compreender que a inclusão da equoterapia como um serviço do SUS visa principalmente garantir uma fonte de financiamento público para universalizar a sua oferta, pois o acesso aos serviços de saúde é um direito público garantido pela Constituição.



Azeredo pede inserção da técnica nos serviços do SUS

Procura por obras do Senado na feira do livro de Mossoró

O temporal que desabou ontem em Mossoró (RN) não foi suficiente para interromper as atividades da 2ª Feira do Livro da cidade, que está sendo realizada na Estação das Artes Elizeu Ventania, no centro da cidade, até domingo. As vendas no estande do Senado continuam superando as expectativas.

No fim da tarde, o funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP), Josias Wanzeller da Silva, apresentou o espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, atração que o Senado oferece nas diversas feiras de livro das quais participa.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, deverá estar amanhã em Mossoró, autografando o livro *Dinarte Mariz: vida e luta de um potiguar*. Dinarte foi governador do Rio Grande do Norte e senador pelo estado.

Lançamento

O Senado também levou o livro *Machado de Assis e a Administração Pública Federal* para lançamento, escrito por Paulo Guedes e Elizabeth Hazin. O Conselho Editorial da Casa disponibilizará ainda para os frequentadores da feira os principais títulos do seu catálogo, entre eles *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, de Gaspar Barléu, e *Conselhos aos Governantes*, obra que reúne textos clássicos de autores como Platão, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes e dom Pedro II.

Além dos títulos referentes a textos políticos e históricos, serão comercializadas no estande do Senado publicações como a Constituição de 1988, atualizada até a última emenda, a de número 52, aprovada em março deste ano.



Senado lança obra sobre carreira de Machado de Assis como servidor público



Raupp pede à Polícia Federal cautela nas investigações em seu estado

Raupp cobra punição para os envolvidos em casos de corrupção em Rondônia

Ao manifestar sua preocupação com os recentes casos de corrupção em Rondônia, Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a punição dos envolvidos, mas alertou também para a necessidade de evitar excessos nas investigações realizadas pela Polícia Federal (PF).

Mesmo elogiando como um

todo as ações da PF no estado, Raupp considerou desnecessário o emprego de algemas na condução de acusados que não oferecem resistência à prisão. No mesmo pronunciamento, Raupp criticou o governador de Rondônia, Ivo Cassol, pela demora em apresentar gravações de parlamentares flagrados em

tentativa de extorquir o Executivo. Segundo Raupp, as fitas só foram apresentadas quando o governador se viu ameaçado pela possibilidade da abertura de processo de cassação pela assembleia legislativa.

– Cassol passou dois anos com as fitas na gaveta. Por que ele não as divulgou de imediato?

Se os parlamentares estavam cometendo crime, tinham que ser denunciados no dia seguinte.

O senador defendeu os membros do Poder Judiciário rondoniense e do Ministério Público.

– Servidores honestos, retos e dignos das funções que exercem. Essa é a regra. O que ocorreu foi a exceção – disse Raupp.

Ideli lamenta impasse sobre segurança em SP

Ideli Salvatti (PT-SC) protestou contra uma suposta associação entre o governo federal e a concessão de licença a 11 mil presos de São Paulo para passarem o Dia dos Pais com a família. Segundo explicou, essa determinação partiu da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo em cumprimento ao benefício previsto na Lei de Execuções Penais e concedido pela Justiça há 22 anos.

A senadora lamentou a persistência do impasse entre os governos federal e de São Paulo em torno da liberação de R\$ 100 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para ações na área de segurança pública.

– Talvez o governo de São Paulo não tenha conseguido cuidar da documentação necessária pela situação de emergência criada pelos ataques do PCC. Mas, se não deu conta de fazer isso, não venha acusar o governo federal de demora na liberação dos recursos. Isso é inadmissível – reagiu.

Violência contra a mulher

Ideli comemorou a sanção pelo presidente Lula da Lei de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Conforme destacou, a nova lei fez com que as penas para esse tipo de crime deixassem de ser meramente pecuniárias, passando a prever as possibilidades de prisão e detenção.

Inclui, ainda, medidas de proteção para mulheres em situação de violência e medidas de assistência social para as vítimas.



Ideli comemora sanção da lei de combate à violência doméstica contra a mulher

Ataque em São Paulo deve ser considerado terrorismo, diz Tuma

Senador cobra resposta do ministro da Justiça e diz que a queima de ônibus na capital do estado pode ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou à Mesa do Senado pressa no encaminhamento de requerimento de informações que dirigiu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acerca de declarações dadas em entrevista à imprensa pelo secretário de Segurança de São Paulo, Saulo Abreu Filho. Na entrevista, Saulo acusou o governo federal de descaso com a segurança pública do estado.

O parlamentar observou que que não apenas ele, mas toda a população de São Paulo querem saber qual a resposta do ministro e como agirá judicialmente o governo federal nas apurações dos episódios de queima de ônibus que estão ocorrendo na capital paulista.

Na avaliação de Tuma, a depreciação pode ser classificada como “ato terrorista que deveria ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional”.

– Resta saber o tipo de enquadramento no Código Penal. A Lei



Fotos: Moreira Mariz

Tuma diz que ele e a população paulista querem saber como agirá judicialmente o governo federal

de Segurança Nacional é de 1983, e, portanto, anterior à Constituição. Temos que estudar como pode ser aplicada – afirmou.

Denúncia

Tuma informou ainda ter enviado ao Ministério Público e à Polícia Federal denúncia que recebeu de servidores da Secretaria de Infra-Estrutura do estado do Amazonas, sobre atividades irre-

gulares envolvendo empresas vencedoras de concorrência no âmbito daquela secretaria e autoridades do governo local.

Segundo Romeu Tuma, juntamente com a denúncia vieram cópias de saques suspeitos feitos “na boca do cofre” por pessoas citadas. O parlamentar disse que enviou também um pedido para que seja feito um levantamento das obras da secretaria estadual.

Pascoal Thomeu

Tuma lamentou ainda a morte do deputado estadual paulista Pascoal Thomeu. Segundo o parlamentar, Thomeu, que ocupou entre outras funções o cargo de prefeito de Guarulhos, o ajudou muito em sua primeira campanha eleitoral. Ele salientou que foi informado da morte já no encerramento da sessão plenária e anunciou que apresentará hoje requerimento solicitando o envio de pesar à família do deputado.



Heráclito afirma que a burocracia não pode mais atrasar envio de verbas a SP

Heráclito: governo federal faz uso político do episódio

Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou, em pronunciamento no Plenário, que o governo federal esteja fazendo uso político da crise de segurança do estado de São Paulo para jogar a população contra o governo paulista.

Ele criticou a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), por ter afirmado em discurso, a seu ver em tom de ironia, que a União não pode enviar dinheiro para segurança em São Paulo “nem por DOC e nem por TED” – documentos de transferência rápida de valores por via bancária.

– O mais grave de tudo isso é o uso político, maldoso, criminoso, do episódio de São Paulo. Enquanto se bate-boca, vidas tombam nas ruas – enfatizou.

Heráclito lembrou que o governo federal prometeu recursos financeiros de emergência ao governo paulista para recuperação de presídios destruídos, acrescentando que a burocracia não pode mais atrasar a liberação das verbas.

O senador ponderou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “precisa medir suas palavras” para não cometer exageros, e citou a recente declaração do chefe do governo de que a saúde no Brasil “está perto da perfeição”. No entanto, disse Heráclito, nesta semana chegou-se a um caso absurdo em que uma idosa foi considerada morta em um hospital do Rio de Janeiro e os seus parentes, ao abrirem o saco plástico onde o corpo estava, constataram que ela ainda vivia.

o Senado ao alcance do Brasil



Com o 0800 61-2211 o Senado Federal vai estar em todo o Brasil e todo o Brasil vai poder falar com o Senado.

ALÔ SENADO
0800 61-2211

Senadora ressalta a necessidade de se adotarem mudanças na elaboração da peça orçamentária, com o propósito de evitar crimes contra a administração pública

Heloísa defende Orçamento transparente e impositivo

Ao comentar o encerramento da primeira etapa de trabalho da CPI dos Sanguessugas, com a apresentação hoje do relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO) sobre os parlamentares envolvidos em irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas orçamentárias, Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu maior transparência na elaboração e caráter impositivo na execução do Orçamento.

– Não tenho dúvidas de que a desmoralização do Congresso reflete a desmoralização do Poder Executivo – afirmou.

Para evitar a prática de novos crimes do gênero por agentes públicos, a senadora considera fundamental que tanto a elaboração quanto a execução do Orçamento deixem de ser um ato unilateral



“Desmoralização do Congresso reflete a desmoralização do Executivo”, diz Heloísa

do Executivo.

– Não é possível que, com a desmoralização do mundo da política, não se tire uma lição para impedir que crimes contra

a administração pública voltem a ocorrer. Isso depende de um Orçamento discutido com as forças da sociedade e que seja impositivo – sustentou.

Em relação à CPI dos Sanguessugas, Heloísa Helena disse esperar que a comissão possa corresponder às expectativas da opinião pública e apresentar provas detalhadas sobre eventuais fraudes nesse processo. Quanto à segunda fase de trabalho, que se inicia na próxima semana, ela aposta na identificação da sistemática adotada, por vários ministérios, para se decidir qual parlamentar terá direito à liberação de emendas. Em apartes, os senadores pefelistas Heráclito Fortes (PI) e Romeu Tuma (SP) apoiaram a preocupação de Heloísa com o Orçamento da União.

César Borges elogia proposta de Alckmin para o Nordeste

César Borges (PFL-BA) elogiou ontem a proposta para o Nordeste do candidato da coligação PSDB-PFL à Presidência da República, Geraldo Alckmin. O programa foi apresentado no Recife, na sexta-feira passada, em evento que contou com a participação de governadores, parlamentares e autoridades dos estados nordestinos que fazem oposição ao presidente Lula.

O senador avaliou que o projeto de Alckmin para o Nordeste é uma meta exequível, “ao contrário das propostas de Lula na campanha de 2002, que se tornaram apenas propostas virtuais”. Ele destacou, entre os itens relacionados no estudo divulgado no Recife, a criação de regras para

um orçamento adicional para o Nordeste; a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que sairia do comando do Ministério da Integração Nacional e passaria a ser vinculada à Presidência da República, “como no governo Juscelino Kubitschek”.

– A meta é eliminar o descompasso entre a média de desenvolvimento do Nordeste e a média nacional – disse o senador.

Em apartes, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Jorge (PFL-PE) e Marco Maciel (PFL-PE) elogiaram o estudo levado ao Nordeste por Alckmin. José Jorge acusou Lula de nem sequer apresentar um programa para a região durante sua campanha.



Projeto de Alckmin para a região é uma meta exequível, observa César Borges

Referindo-se ao fato, César Borges recordou que Lula apenas anunciou a recriação da Sudene em comício em Fortaleza (CE), mas que a única iniciativa tomada pelo atual governo foi a de divulgar uma publicação assinada pelo ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, contendo apenas um preâmbulo sobre a recriação da superintendência.

Suassuna rebate acusação de envolvimento em fraudes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) voltou a se defender, ontem, da acusação de ter participado do esquema de desvio de recursos públicos pela compra de ambulâncias superfaturadas, que está sendo investigado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas. Suassuna disse ter enviado ofício ao relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), em que apresenta documentos e razões que o inocentariam das acusações.

O parlamentar também reclamou da dificuldade imposta pela CPI para que tivesse acesso aos depoimentos prestados por seus ex-assessores e pelo dono da empresa Planam, Luiz Antônio Vedoin, bem como do vazamento de documentos para a imprensa, os quais já havia solicitado anteriormente.

– Sinto-me injustiçado e envolvido numa situação kafkiana. A imprensa noticiou que depósitos foram feitos na conta de um genro meu. Eu não tenho filha, só tenho filhos – afirmou.

Falsificações

Suassuna disse que ofícios de encaminhamento de emendas têm assinaturas falsificadas e que uma funcionária do seu gabinete revelou em carta que redigiu alguns desses ofícios e se dispôs a depor e conceder entrevista coletiva à imprensa. O senador ainda disse ter encaminhado em 5 de junho um ofício ao corregedor-geral da



Suassuna reclama do vazamento de documentos da CPI para a imprensa

Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), para ser ouvido.

Em aparte, Romeu Tuma disse que “a pressão” de Suassuna para ser ouvido inverte a ordem da investigação e explicou que, nessa linha, a vez dele é a última, pois poderia ter conhecimento de todo o processo, tudo o que disseram, todos os documentos apresentados, e se pronunciar.

– O direito de defesa é um princípio universal e garantido a qualquer pessoa. No momento certo, Vossa Excelência poderá fazê-lo – afirmou.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que, por ser integrante da CPI dos Sanguessugas, não poderia adiantar o seu voto para o parecer do relator, que será apresentado hoje.

– Mas, se tivesse feito lá na CPI a defesa que fez agora, seria muito difícil votar contra Vossa Excelência – assegurou Raupp.

Magno Malta agradece manifestações de apoio

Magno Malta (PL-ES) agradeceu ontem, em Plenário, manifestações de apoio que tem recebido da população em razão de denúncias que pesam contra ele. O senador referiu-se ao processo no qual foi citado na CPI dos Sanguessugas, que investiga a participação de parlamentares na chamada máfia das ambulâncias. O esquema, montado por uma empresa de Goiânia, usava recursos do Orçamento da União, por meio de emendas de parlamentares, para a compra, por prefeituras, de ambulâncias a preços superfaturados.

– Quem tem a verdade não



“Quem tem a verdade não tem o que temer”, afirma Magno Malta

tem o que temer. Agradeço o carinho daqueles que acreditam em mim – disse o senador, que recebeu voto de solidariedade do senador César Borges (PFL-BA).

Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos

Senado Federal
Subsecretaria de Biblioteca
e-mail: ssbib@senado.gov.br
www.senado.gov.br/biblioteca

Tel: (61) 3311-3943 e 3311-3944 - Fax: (61) 3311-1665
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo - Brasília/DF



Marco Maciel defende sistema previdenciário “equilibrado”

Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), “nenhuma política social tem sido mais eficiente, mais justa e de maior repercussão nas sociedades contemporâneas que a previdenciária”. Entretanto, ressaltou ele, dotar o Brasil de um sistema previdenciário economicamente equilibrado e de um mecanismo de concessão de seguro-desemprego imune a fórmulas e violações de toda ordem é o maior desafio a ser enfrentado.

– Os superávits do sistema previdenciário nacional serviram a todas as necessidades de inúmeros governos – criticou Marco Maciel, acrescentando que esses superávits só não se destinaram a formar as reservas técnicas necessárias para compensar os desequilíbrios sazonais decorrentes da instabilidade econômica e das turbulências políticas.

Conforme ele, falta visão de Estado e concepção estratégica na condução das políticas sociais, “as quais são abastecidas, na maioria das vezes, pelos recursos fáceis da demagogia e do patrimonialismo”.

O senador Marco Maciel também citou estudo realizado recentemente pelo Instituto de Pesquisa



Falta visão de Estado e concepção estratégica na condução das políticas sociais, considera Maciel

Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual os benefícios pagos pela Previdência Social teriam contribuído mais que o Bolsa Família para a redução da pobreza em 2004.

Ainda nesse contexto, Marco Maciel citou matéria publicada em 2 de julho último no jornal *Folha de S. Paulo*. A reportagem destaca o estudo do Ipea e afirma que, apesar de “caros para os cofres públicos e de abordagem eleitoral espinhosa, os benefícios pagos a idosos e deficientes e as aposentadorias e pensões vinculados ao salário mínimo” tiveram mais peso no combate à pobreza que o Bolsa Família.

Marcos Guerra critica revisão de índice de produtividade da terra

Marcos Guerra (PSDB-ES) voltou a criticar, em Plenário, o governo Lula. Desta vez, ele condenou a decisão de elevar os índices de produtividade da terra que norteiam o processo de desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Na sua opinião, essa revisão vai aumentar o número de propriedades rurais passíveis de desapropriação e atenderia aos interesses do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

O senador lembrou que o então ministro da Agricultura Roberto Rodrigues discordava da mudança nos índices em meio à crise vivida pelo agronegócio. O próprio presidente Lula também teria assumido o compromisso, conforme acrescentou, de não alterar os rumos da política agrária. O problema é que a tabela com os novos índices já estaria pronta e, pela nova metodologia, os



Verbas liberadas para MST e MLST não reduziram violência no campo, lamenta Marcos Guerra

criadores de gado, por exemplo, teriam de dobrar o atual número de cabeças para sua propriedade ser considerada produtiva.

Enquanto as verbas para defesa sanitária teriam caído 32%, segundo Marcos Guerra, o MST e o MSLT teriam recebido mais de R\$ 280 milhões do governo federal. Ele lamentou, entretanto, que o dinheiro não tenha sido capaz de reduzir a violência no campo.

Senador espera que Lula esclareça, no *Jornal Nacional*, os repasses da Telemar à empresa de seu filho, e diga se sabia ou não do valerioduto e dos sanguessugas

Antonio Carlos pede que Lula dê explicações em entrevista

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse esperar que o presidente Lula, na entrevista que dará hoje ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, explique os R\$ 5 milhões que a empresa de telefonia Telemar teria pago à Gamecorp, empresa de jogos eletrônicos da qual o filho do presidente, Fábio Luiz Lula da Silva, é sócio. Ele declarou esperar, ainda, que Lula esclareça se tinha ou não conhecimento do mensalão e do valerioduto, em referência aos escândalos de corrupção que se abateram sobre o PT e o governo em 2005.

– Ele já disse que sabia, e também já negou. Conseqüentemente, chegou a hora de a Globo perguntar sobre mensalão, sanguessugas; e Humberto Costa, o vampiro que é candidato em Pernambuco – frisou o senador.

Antonio Carlos também reclamou da manchete da edição de ontem do jornal *O Globo* – “São Paulo mantém indulto a 11 mil presos apesar de atentados” – que estaria errada, conforme afirmou. O senador esclareceu que quem tem autoridade para dar indulto é o presidente da República e o ministro da Justiça. E ressaltou



ACM comemora denúncia do Ministério Público contra acusados de envolvimento com valerioduto

que “parte da imprensa” estaria distorcendo os fatos.

Antonio Carlos informou ainda que o Ministério Público ofereceu na terça-feira denúncia contra 11 dirigentes e ex-dirigentes do Banco Rural, instituição financeira pela qual eram feitos os repasses a parlamentares pelo empresário Marcos Valério, dentro do chamado valerioduto.

– Afinal, manda a verdade que se diga, o Ministério Público agiu, e agiu bem – comemorou.

Constituinte exclusiva

Antonio Carlos ainda criticou

a sugestão recente do presidente Lula de instalar uma constituinte exclusivamente para tratar da reforma política e elogiou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, por ter-se manifestado contrariamente à proposta, bem como a maioria dos advogados e juristas do país.

O senador reclamou ainda da proposta de crédito extraordinário para construção de estaleiros da Transpetro, subsidiária da Petrobras, por seu “teor eleitoreiro”.

Em apartes, o senador César Borges (PFL-BA) disse que o presidente condicionou sua entrevista à Globo a que só possa ser feita uma pergunta sobre corrupção, “para, com isso, limitar as explicações que deve ao cidadão brasileiro”; e o senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que Luiz Inácio Lula da Silva também deve explicações quanto às recentes denúncias de fraudes em licitação para a compra de ônibus destinados à inclusão digital.

Azeredo: Brasil precisa duplicar principais rodovias

O transporte é, hoje, um gargalo para os demais setores da infra-estrutura e para os planos de investimentos da iniciativa privada, afirmou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao protestar contra “a inércia do governo Lula em relação às parcerias público-privadas (PPPs) e ao péssimo estado das rodovias.”

– O governo Lula não conseguiu licitar uma concessão sequer para estradas, não fez uma PPP. Não dá para ficar fazendo programa de tapar buracos em rodovias de tráfego intenso e pesado, como a BR-262 em Minas Gerais. Precisamos de um projeto amplo e ousado de duplicação das principais rodovias do país – destacou.

Azeredo ressaltou que, além do prejuízo econômico provocado por estradas esburacadas, há uma grande perda de vidas humanas devido ao elevado número de acidentes fatais, num índice muito acima da média internacional.

Ele também assinalou que o governo não aplica os recursos arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na manutenção das estradas como deveria.

– Vivemos no pior dos mundos – exclamou.

José Jorge (PFL-PE) disse, em aparte, que o programa do governo tapa hoje buracos que se abrem amanhã. Para o senador, o programa tapa-buracos foi apenas uma operação

de “maquiagem visando às eleições”, mas não conseguiu durar o suficiente e os buracos reabriram.

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) disse que o governo Lula tem dado mau exemplo com a Cide, pois um empresário seria punido se não recolhesse devidamente seus impostos. Já César Borges (PFL-BA) lembrou que o presidente Lula anunciou o lançamento das PPPs como se fossem “uma panacéia que solucionaria o problema da infra-estrutura”, mas não licitou nenhuma PPP.

– Dos R\$ 35 bilhões arrecadados pela Cide, nem R\$ 5 bilhões foram aplicados na recuperação das rodovias – alertou.

Pesquisa do IBGE, citada pelo senador, constata que o desempenho do parque industrial do país piorou, no mês de junho, em dez das 14 regiões analisadas

Queda na produção industrial é preocupante, alerta Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou ontem, no Plenário, resultado de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que a produção industrial caiu, no mês de junho, em dez das 14 regiões analisadas, em comparação com o mês de maio. A queda foi de 1,7%.

– Isso é preocupante. No primeiro semestre, tivemos um crescimento da produção industrial acumulada de apenas 2,3%. Trata-se de um percentual muito baixo para um país que precisa gerar tanto emprego. Estamos vendo algo parecido com o ano passado, quando o Brasil só cresceu mais que o Haiti, entre todos os países da América Latina – disse.



Alvaro: “Vemos algo como no ano passado, quando o Brasil só cresceu mais que o Haiti”

Em aparte, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) sustentou que “a luz vermelha do crescimento está acesa” e o governo precisa adotar medidas para reverter o quadro. Guerra afirmou que os

erros da política econômica estão levando empresas brasileiras de calçados e de confecções a encomendar matérias-primas da China. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também manifestou apreensão quanto ao baixo crescimento industrial do país.

Alvaro Dias pediu que seja transcrito nos Anais do Senado artigo do ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da seccional de São Paulo Rubens Approbato Machado, publicado na *Folha de S. Paulo*, sob o título “Constituinte golpista”. Na matéria, Approbato considera a hipótese de convocação de uma constituinte exclusiva, para tratar de reforma política, “demagógica, politicamente incorreta e juridicamente inconstitucional”.

Iris defende constituinte para ampla reforma

A proposta do presidente Lula para instalação de uma assembleia nacional constituinte exclusivamente para empreender a reforma política foi considerada, ontem, inoportuna pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). Ela se disse contrária a uma mini-constituinte, “quando o país está em pleno processo eleitoral e no calor de uma disputa que inviabiliza o debate imparcial de um projeto desse porte”.

– Não se faz uma constituinte apenas para debater uma reforma, no caso, a política – argumentou a senadora, sustentando que um colegiado exclusivo teria que discutir temas mais amplos e outras reformas importantes, como a previdenciária, a tributária e a trabalhista, por exemplo.

Iris lembrou que a reforma que tem defendido no Senado leva a uma “refundação do Brasil”. Isso porque, conforme explicou,

a luta que se deve travar em uma assembleia constituinte inédita seria “contra as corporações que não abrem mão dos privilégios dos seus associados; os setores da economia que lucram e não repartem esse lucro investindo na produção; a forte burocracia que propicia irregularidades que escandalizam o país; e os partidos políticos que não querem ceder um só milímetro da fatia de domínio conquistada”.

Paulo Octávio pede aprovação do imposto único

Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu ontem, no Plenário, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 8/03) de sua iniciativa que estabelece o imposto único no país. O senador explicou que o novo tributo, a ser cobrado pela aplicação de uma alíquota de 3,4% sobre as movimentações bancárias, eliminaria vários impostos e contribuições, promovendo a simplificação do sistema tributário nacional.



Proposta de Paulo Octávio visa substituir mais de uma dezena de tributos federais

O parlamentar destacou que a adoção do chamado Imposto Cidadão, além de possibilitar a substituição de mais de uma dezena de tributos federais, não causaria alteração na receita dos cofres públicos nem afetaria as

transferências para os estados e municípios. Enfatizou que a medida inibiria os esquemas de caixa dois praticados em campanhas políticas.

Ao criticar o sistema de impostos no país, Paulo Octávio citou pesquisa da consultoria Portal Tributário, constatando a existência de 74 tributos no Brasil. Ele se referiu ainda a estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) dando conta de que, entre 1988 e 2005, foram editadas no país 225 mil normas referentes a questões tributárias.

O senador anunciou ainda requerimento para sessão pelo Dia do Corretor, em 29 de agosto.

Cavalcanti pede inclusão de Paraíba e Pernambuco em licitação da ANP

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) dirigiu ontem, da tribuna, apelo ao governo federal para que a bacia marítima Pernambuco-Paraíba e a Bacia do Rio do Peixe sejam incluídas na 8ª Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcada para o fim de novembro. Ele reclamou da ANP por ter excluído os dois estados nordestinos da licitação de áreas petrolíferas após alimentar expectativas de que seriam contemplados.

– Foram incluídos 284 blocos. Por que não incluir mais um? – indagou.

Citando matérias publicadas pelos jornais *Gazeta Mercantil* e *Jornal do Brasil*, com base em informações fornecidas pela própria ANP, Roberto Cavalcanti afirmou que as bacias petrolíferas de seu estado e de Pernambuco tiveram seu potencial de produção estimado em 15 mil barris diários de óleo leve. Na sua avaliação, a ANP, ao resolver priorizar áreas com potencial para exploração de



Fotos: Roosevelt Fimheio

Cavalcanti diz que havia a expectativa de que os dois estados seriam contemplados

gás natural e óleo leve no leilão de novembro, conforme edital publicado pelo *Diário Oficial* da União, não tinha motivos para excluir Pernambuco e Paraíba.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) considerou surpreendente a decisão da ANP de não colocar os dois estados na licitação, uma vez que já havia ficado acertada entre as lideranças políticas da região e o governo a oferta das áreas para prospecção em Pernambuco e Paraíba.

Para José Jorge, decisão atendeu a razões políticas, e não técnicas

José Jorge (PFL-PE) garantiu que a exclusão de Pernambuco e da Paraíba da oitava rodada de licitações para prospecção de petróleo, marcada para novembro, “não foi técnica” e a população dos dois estados espera uma explicação do Ministério das Minas e Energia. Os governadores das duas unidades da Federação pertencem a partidos de oposição ao governo federal e, de acordo com o senador, “deve ter havido alguma razão política” para a exclusão de última hora.

O senador e ex-ministro de Minas e Energia afirmou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que faz os estudos técnicos, chegou a informar, conforme notícias de jornais, que os dois estados entrariam na licitação, o que não foi confirmado agora pelo Conselho Nacional de Política Energética. A Agência Nacional do Petróleo vai licitar na oitava rodada 284 blocos, em 14 setores de sete bacias sedimentares.

– Todo mundo sabe que uma prospecção petrolífera gera emprego em regiões pobres. Depois, se encontrado petróleo e ele for explorado, há o pagamento de *royalties* aos estados – disse.

José Jorge pediu que os senadores e deputados federais de



José Jorge sugere pressão de bancadas para que o governo reconsidere medida

Pernambuco e da Paraíba se unam para pressionar o governo federal a reconsiderar sua decisão.

O parlamentar lembrou que, desde o fim do monopólio da Petrobras na perfuração petrolífera, mais de 20 empresas nacionais e estrangeiras têm feito perfurações no país. Elas participam das licitações feitas pela ANP e muitas têm obtido sucesso e descoberto petróleo. José Jorge ressaltou que pequenas empresas têm ganhado licitações para explorar poços perfurados pela Petrobras nas décadas de 70 e 80 e, por causa da baixa capacidade de produção, ficaram inativos. Ele foi apoiado, em aparte, pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).